

ANÁLISE DAS PROPAGANDAS GOVERNAMENTAIS SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO À LUZ DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

DOI: 10.56579/eduinterpe.v1i2.2257

Matheus Monteiro de Lima¹; Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi²;

- ¹ Doutor em Educação pela UNOESTE; Professor da Escola de Comunicação e Estratégias Digitais da Unoeste. E-mail: mathmonteiro@hotmail.com
- ² Doutor em Educação pela USP; Professor Titular (Aposentado) UNESP; Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Unoeste; e-mail: utopico92@gmail.com.

Resumo: O presente trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa doutoral que objetivou analisar criticamente as propagandas televisivas produzidas pelo Governo Federal sobre o Novo Ensino Médio em um recorte temporal de 2016 a 2021 sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica. A metodologia desdobrada trata de uma pesquisa exploratória e bibliográfica sobre as concepções e intencionalidades pedagógicas que alicerçam a BNCC do Ensino Médio (Brasil, 2020) e os modos de operação ideológica em propagandas que, mediaram uma análise documental das propagandas governamentais sobre o Novo Ensino Médio, ambas fundamentadas no Materialismo Histórico-Dialético (Marx, 1978). Como resultado foi observado que a construção midiática e o discurso ideológico contidos nas propagandas governamentais sobre o Novo Ensino Médio reproduzem e chancelam a política desdobrada, suas concepções, contradições e intencionalidades pedagógicas, a partir de uma política educacional neoliberal, neoprodutivista, neoescolanovista e neotecnicista, operacionalizadas e legitimadas ideologicamente por universalização, racionalização e fragmentação por diferenciação.

Palavras-chave: Propaganda Governamental; Novo Ensino Médio; Pedagogia Histórico-Crítica.

INTRODUÇÃO

Desde os debates iniciais que inauguraram sua concepção até as ações contraditórias de sua implementação, a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) é foco de análises de diferentes autores e pesquisadores da área da Ciência da Educação, que colaboraram exaustivamente para a compreensão do tema, alicerçados por olhares teóricos e metodológicos críticos. Esses estudos buscam instrumentalizar os vários agentes da educação brasileira para que possam compreender as concepções, os conceitos, as contradições e, do mesmo modo, as intencionalidades pedagógicas concebidas por intermédio dos documentos produzidos para essa política educacional. As propagandas governamentais sobre o Novo Ensino Médio é um destes documentos, o qual inclusive, pouco explorado em pesquisas na área, também é fonte primária que engendra por meio de sua aparência, conceitos-chave, argumentos, concepções e ideologias que, após um minucioso exercício investigativo pode revelar a compreensão dos conteúdos contidos, sua essência, para além de sua aparência fenomênica (Kosik, 1976; Evangelista e Shiroma, 2014).

Destarte, a proposta deste é analisar criticamente as estratégias ideológicas utilizadas nas propagandas governamentais brasileiras sobre o Novo Ensino Médio à luz da Pedagogia Histórico-Crítica, em um recorte temporal de 2016 a 2021, o qual justificamos a inserção deste trabalho neste



Grupo de Trabalho: Currículo, Avaliação e Base Nacional Comum Curricular do I Congresso de Educação, Interdisciplinaridade e Práticas Escolares.

METODOLOGIA

Amparados nos ditames de Gil (2019), Thompson (2011), Evangelista e Shiroma (2014) e Saviani (2016) aclaramos que o desenho metodológico proposto neste trabalho foi desdobradas por meio de uma pesquisa exploratória e bibliográfica sobre as concepções e intencionalidades pedagógicas da BNCC-EM e uma teoria crítica sobre a operacionalização da ideologia Burguesa em Propaganda Governamental que, mediaram uma análise documental das propagandas governamentais sobre o tema (MEC, 2023), onde, ambas, fundamentadas nas reflexões epistemológicas e metodológicas desenvolvidas por autores da Pedagogia Histórico-Crítica se amparam nas bases do Materialismo Histórico-Dialético, a partir da síntese da obra "O método da economia política" de Marx (1978). Esta linha de raciocínio assegura que o caminho do conhecimento científico elaborado por Marx (1978, p. 116-123) parte do empírico ao concreto por meio das abstrações, ou seja, da síncrese (ponto de partida) à síntese (ponto de chegada) por meio das análises (ponto de passagem).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ponto de partida se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica que resultou na apresentação das concepções pedagógicas engendradas na BNCC-EM analisadas à luz da Pedagogia Histórico-Crítica. Essas concepções e intencionalidades pedagógicas encontradas nos diferentes documentos desta políticas educacionais brasileiras em geral e a BNCC-EM em particular, se baseiam em três eixos centrais a saber: I) a historicidade e materialidade da reconfiguração da política econômica brasileira a partir da década de 1990 e atualmente em voga, por meio dos ideários neoliberais que precedem, intersectam e confluem em suas variantes tais como em: II) um projeto de política educacional hegemônico que visa reproduzir o *status quo* de uma sociedade capitalista, onde o lócus de suas ações estão voltadas a uma educação esvaziada e utilitarista que atendam e satisfaçam os interesses privados e as demandas do mercado do trabalho, onde as concepções econômico-pedagógicas concebidas pelo *neoprodutivismo* e os ideários pedagógico-administrativos do *neotecnicismo* estão em seu bojo conceitual e III) O retorno das Pedagogias das Competências e do "Aprender a Aprender", e suas concepções contraditórias didático-pedagógicas e psicopedagógicas respectivamente por meio do *neoescolanovismo* e *neoconstrutivismo* que mediam e endossam tal



projeto de poder através de conteúdos e metodologias adaptáveis, flexíveis e ativas, (Lima, 2024 e Saviani, 2021).

Como ponto de passagem, em busca de um aporte teórico para análise documental das propagandas, a pesquisa bibliográfica revelou, que a Ciência da Comunicação em geral e a propaganda em particular, pode ser utilizada como instrumento de operação ideológica e manutenção burguesa, inclusive nas propagandas governamentais sobre o tema em tela. Tais operações ideológicas, contida nos constructos discursivos a serviço da dominação é operada ideologicamente por meio de formas simbólicas que estão engendradas nos diferentes contextos sociais e comunicacionais e, são subscritas por meio de estratégias de legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação, conforme aponta Thompson (2011).

Desta forma, como ponto de chegada, por meio de análise documental, desmontamos os mecanismos e estratégias comunicacionais utilizados pelo Estado e demonstramos que esses documentos propagandísticos não foram utilizados apenas como um instrumento da comunicação pública com vistas a levar ao conhecimento dos cidadãos sobre a política educacional ora desdobrada, tampouco transmitiu informações úteis aos diversos segmentos da população a fim de prestar contas com vistas ao pertencimento e à cidadania, mas legitimaram ao reproduzir uma ideologia hegemônica e concepções pedagógicas subjacentes do neoliberalismo da BNCC-EM. Revelou-se, que as comunicações desdobradas por meio dos documentos audiovisuais objetivaram a persuadir a opinião pública para que se tenha um maior número de sectários alienados e subservientes, inclusive utilizando para isso, armadilhas discursivas direcionadas apenas aos interesses cotidianos dos adolescentes ao qual o único intuito foi de representar uma falsa aparência sobre suas verdadeiras intencionalidades ideológicas e concepções pedagógicas, apresentando assim somente os pontos positivos que o Governo julgava conveniente comunicar a fim de dominar. Desvendamos como se pode operar por meio do ocultamento e do mascaramento das relações sociais, inclusive com o obscurecimento ou uma falsa interpretação das situações apresentadas nas encenações teatrais no bojo das peças de propaganda, mobilizando assim, formas simbólicas que serviram para estabelecer e sustentar as relações de dominação, que no caso analisado tratou-se de um projeto burguês de educação (Thompson, 2011; Saviani, 2021). Em todos os documentos propagandísticos analisados encontramos legitimação por universalização, o qual Thompson (2011) afirma que tal modalidade de operação ideológica constrói uma simbologia para demonstrar que os acordos institucionais implementados por uma classe dominante se identificam como o interesse de todos, ou seja, o Governo Federal criou a falácia que a Reforma era interesse de toda população. Ao tomar consciência







que a BNCC-EM é um projeto burguês de educação, pois denota a premissa de acolhimento das juventudes e da flexibilidade por meio dos itinerários formativos, disvirtua-se o que é função essencial da escola: transmitir os conhecimentos mais elaborados, eruditos e culturais, àquele aluno que precisa superar as determinações histórico-culturais de sua realidade. Assim, os "acordos institucionais" feitos apenas por parte do Governo, inclusive impostos pela legislação que coloca em voga na BNCC-EM, restringe o direito dos adolescentes de compreender de que maneira a ciência é verdadeiramente produzida em sua totalidade. A flexibilidade e a liberdade de escolha do que se estudar, abre a possibilidade do jovem receber um ensino esvaziado, pobre de formação crítica, utilitarista e neoliberal, Anjos (2020), Saviani (2021) e Trindade e Malanchen (2022). Desta forma, revela-se o caráter negativo do Governo Federal que, por meio das propagandas, esconde sua real intencionalidade de manter a classe trabalhadora alienada e sob seu domínio, uma vez que impõe um projeto de educação utilitarista com o único intuito de manter a classe dominada subalterna e distante de sua libertação. Sim, a pesquisa esclarece que a BNCC-EM é um projeto educacional neoliberal que favorece a elite capitalista brasileira e, por isso, institui concepções pedagógicas que favorecem a manutenção deste status quo. Para tanto, fez uso de propagandas com o intuito de persuadir a classe trabalhadora a acreditar que ela pode superar suas condições econômicas, históricas e sociais. No que se refere à legitimação por racionalização, o Governo Federal criou o discurso que a BNCC-EM promoveria melhorias qualitativas e quantitativas na educação, mas escondeu que o investimento na pasta da educação é um dos piores do mundo, além de omitir o congelamento da aplicação de recursos no setor por 20 anos, onde a intenção foi, tão somente, levar a audiência a raciocinar positivamente sobre as ações político-educacionais empregadas na Reforma, e angariar apoio à reforma. Por fim, em todas as propagandas vimos também a operação ideológica de fragmentação por diferenciação, que deriva de estratégias simbólicas com o intuito de demonstrar as características que desunem e impedem a constituição de um senso comum (Thompson, 2011). Essa operação foi construída, por meio dos slogans do Governo Temer e Bolsonaro, pois estes carregavam em seu bojo os ideais neoliberais que visavam governar sistematicamente pelo e para o capital, cujo o seu único interesse foi de manter a classe dominante no poder. Tal modo simbólico de ideologia trazido por meio desses slogans objetivava segmentar os indivíduos frente a uma ameaça e oposição da classe trabalhadora, demonstrando fraqueza e medo de uma revolução, assim intencionando um mau a ser combatido. Salientamos ainda que nas propagandas analisadas encontramos repetidamente as seguintes temáticas, as quais denotam as concepções e intencionalidades pedagógicas subjacentes da BNCC-EM: I) Utilização do termo "Novo" para justificar a reforma do Ensino Médio; II) Liberdade de





Escolha e Flexibilização do currículo por meio de Itinerários Formativos e III) Vocação para seu projeto de vida com vistas à entrada no mercado do trabalho. Quanto à utilização do termo "Novo", todas as propagandas adotaram tal expressão para enviesar um discurso ideológico neoliberal que enfatizava que a educação brasileira estava em crise, abrindo a possibilidade, inclusive, para uma revisão emergencial, a qual culminou na BNCC-EM. Tal propositura era demonstrar que o velho paradigma curricular era ineficaz devido à má gestão do setor, derivando sentido que a educação brasileira é de baixa qualidade e somente com uma proposta inovadora, que eleve os indicadores em avaliações externas e dialogue com o setor privado, seria a salvaguarda para tal cenário: Obscurantismo neoprodutivistas e neotecnicistas. No que se refere à liberdade de escolha por meio de um currículo básico e outro flexível, todas as propagandas analisadas engendram a discursividade de empoderamento dos adolescentes baseado em seus interesses, inclusive demonstrando que são os alunos os porta vozes da reforma, ou seja, denotam estar agindo ativamente e aprendendo assim pela sua ação. Tal propositura camufla pelo menos três aspectos abordados nas análises: a) Gestão de seu próprio processo de ensino e aprendizado, que responsabiliza o aluno por seu sucesso ou fracasso, ou seja, o Estado exime sua responsabilidade e a transpõe ao aluno; b) Flexibilização do currículo por meio de disciplinas obrigatórias e optativas, deixando a cargo dos jovens decidir o que é o não necessário aprender, esvaziando por exemplo, os conteúdos sistematizados para uma formação integral e autônoma e em seu lugar empurram os saberes convertidos em competências e habilidades, ou seja, aquelas demandas pelo mercado de trabalho. c) O Estado não é obrigado a ofertar todos os itinerários formativos, dito de outra forma, as ofertas dos diferentes itinerários estão atreladas de acordo com a disponibilidade técnica de cada escola, conforme prevê a legislação: Falácias neoconstrutivistas e neoescolanovista. Por fim, determinam em seu discurso que o currículo da BNCC-EM é construído a partir da vocação dos alunos com vistas a um futuro projeto de vida e a possível entrada no mercado de trabalho. Essa proposição além de enfatizar o esvaziamento dos conteúdos sistematizados defendidos pelos autores da Pedagogia Histórico-Crítica como produto de sua historicidade objetivada, afirma a conviçção de que todos os estudantes do Ensino Médio podem aprender e alcançar suas necessidades e desejos, independente inclusive, de suas características sociais, pessoais e históricas. Como resultado, mais uma vez, transfere-se a culpabilidade e o fracasso daqueles indivíduos que não conseguem alcançar seu projeto de vida baseado em suas vocações, dada às condicionalidades materiais em que ele vive. Além disso, ressaltamos que a Reforma do Ensino Médio carrega a concepção econômica-pedagógica do neoprodutivismo (Saviani, 2021) que tem como fim atender somente às demandas do setor produtivo, cujo foco do Governo é persuadir o





interlocutor à escolha de um curso técnico em detrimento da continuidade dos estudos no ensino superior (Zank, 2020), já que a reforma do Ensino Médio possibilita essa opção: *Hipocrisia neotecnicistas*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Á guisa da conclusão, declaramos que o obscurantismo, as falácias e a hipocrisia foram as características do discurso construído pelo Governo Federal por meio das propagandas elaboradas sobre o Novo Ensino Médio. Portanto, concluímos que a essência contida na comunicação governamental implementada por meio de suas propagandas, legitima a reprodução do discurso ideológico da BNCC-EM, suas concepções, seus conceitos, suas contradições e suas intencionalidades pedagógicas subjacentes, a partir de uma política educacional *neoliberal*, *neoprodutivista*, *neotecnicista*, *neoescolanovista*, *neoconstrutivista*, utilitarista e esvaziada dos conhecimentos sistematizados, conforme apontaram os autores da Pedagogia Histórico-Crítica. Tal estratégia foi operacionalizada ideologicamente por universalização, racionalização e fragmentação. Em suma, as concepções pedagógicas subjacentes encontradas na BNCC-EM são legitimadas ideologicamente para a dominância de um projeto burguês de educação.

REFERÊNCIAS

ANJOS, R. E. Base Nacional Comum Curricular na educação de adolescentes: uma análise baseada na Pedagogia histórico-crítica e na Psicologia histórico-cultural. In: MALANCHEN, J.; MATOS, N. S. D.; ORSO, P. J. (orgs.). A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular. Campinas: Ed. Autores e Associados, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/bncc. Acesso em: 30 jan. 2025.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CÊA, G. S.; RUMMERT, S. M.; GONÇALVES, L. D. (Orgs.). Trabalho e educação: interlocuções marxistas. Rio Grande : Ed. da FURG, 2019.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KOSIK, K. Dialética do concreto. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LIMA, M.M. Análise das propagandas governamentais sobre o Novo Ensino Médio (NEM) brasileiro à luz da Pedagogia Histórico-Crítica. 2024. 191f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, São Paulo, 2024.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Ministério da Educação (MEC)*. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/@ministeriodaeducacao MEC. Acesso em: 30 jan. 2025.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base comum curricular. Movimento: Revista de Educação, Rio de Janeiro, v. 3. n. 4, 2016.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil, Campinas: Autores Associados, 2021.

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRINDADE, D. C.; MALANCHEN, J. A pedagogia das competências e o "novo" ensino médio: currículo utilitarista e a centralidade da avaliação. Eccos - Revista Científica, São Paulo, n. 62, p. 1-17, e23198, jul./set. 2022. DOI: https://doi.org/10.5585/eccos.n62.23198.

ZANK, D. C. T. Base nacional comum curricular e o "novo" ensino médio: análise a partir dos pressupostos teóricos da pedagogia Histórico-Crítica. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2020.

